

**TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO ENSINO SUPERIOR:  
uma revisão integrativa de literatura científica**

Ayla Campos Pereira<sup>1</sup>

Vinicius Novais Gonçalves de Andrade<sup>2</sup>

**RESUMO:** Estudo que tem o objetivo de apresentar os resultados de pesquisa realizada com apoio do programa PIBIC de Iniciação Científica do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Teoricamente, objetiva apreender e analisar as principais dimensões que constituem o fenômeno de travestis e transexuais no Ensino Superior. Trata-se de uma pesquisa com delineamento de revisão integrativa de literatura científica, composta por 06 artigos. Os resultados indicam que a maior parte de publicações aconteceram no ano de 2018, que os referenciais teóricos dos artigos privilegiam os estudos pós críticos e de gênero e sexualidade e, metodologicamente, enfocam estratégias de recursos narrativos. Concluímos, pontuando a escassez de publicações sobre essa temática, apontando que o estudo do cenário atual das travestilidades e das transexualidades no Ensino Superior é necessário para compreendermos quais processos sociais e culturais se dinamizam para discriminarem e excluírem essas pessoas, impedindo-as de exercerem seu direito de acesso à educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Transexuais. Travestis. Ensino Superior

## **1 INTRODUÇÃO**

Esse trabalho se constitui como recorte de uma pesquisa maior intitulada “Análises sobre o preconceito e discriminação contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT): o Ensino Superior em foco” (ANDRADE; PEREZ, 2019) e, formalmente, consiste em um relatório final de pesquisa do programa de bolsas PIBIC (Iniciação Científica na linha de pesquisa Educação, Cultura e Comunicação).

Para se compreender o fenômeno das travestilidades e das transexualidades no Ensino Superior, primeiramente, mostra-se necessário elucidar sobre suas identidades culturais e sobre como estão incluídas e/ou excluídas dos diversos espaços sociais, uma vez que essas

---

<sup>1</sup> Acadêmica de PIBIC, Iniciação Científica. Vigência 2019-2020. Acadêmica do 8º Período de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser – UNIFAN. E-mail: aylacpereira@gmail.com.

<sup>2</sup> Orientador de PIBIC. Vigência 2019-2020. Coordenador do curso de Psicologia da UNIFAN e Docente da mesma instituição. Estágio Pós Doutoral pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás com período de Estágio Doutoral Sanduiche na Universidade do Porto – Portugal.

identidades envolvem sua (in) sujeição às normas culturais de gênero e, conseqüentemente, experimentam a posição de serem vítimas de preconceito e discriminação. Dito de outra forma, travestis e transexuais questionam as verdades culturais ou o (suposto) normal das masculinidades e feminilidades construídas socialmente, sofrendo efeitos como a violência e o não acesso a lugares sociais, como o educacional, fenômeno que demanda sua urgente compreensão.

Refletir sobre as pessoas que divergem da ideia de ‘normalidade’ inculcada compulsoriamente pelos contextos sociais, considerada culturalmente como o ‘correto’, como a heterossexualidade e os binarismos de gênero masculino e feminino, é pensar na diversidade ou pluralidade das expressões de gênero (ANDRADE, 2017). Para além do ‘enquadre de pessoas’, travestis ou transexuais, que nossa linguagem constrói e categoriza, esses sujeitos são compreendidos prioritariamente como desobedientes da norma, ‘criminosos’ que violentam e ferem as normas de gênero e sexualidade de nossa cultura moderna ocidental.

De acordo com Bento (2008, p. 21), “Transexualidade, travestilidade, transgênero são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações”.

A partir de Andrade (2017) e Bento (2008), reiteramos sobre importância de compreender a dimensão identitária de travestis e transexuais e sobre a necessidade de entender que a noção do sujeito transgressor das normas de gênero se funda a partir do argumento de que o indivíduo não é visto *a priori* como a travesti, o/a transexual e o/a transgênero mas, sim, como alguém que está ferindo, violentando o que a cultura construiu como ‘normal’; que desafia ou dribla as normas sociais da heteronormatividade e cisgeneridade, colocadas a nós de forma compulsória e cercada de idealizações de normalidade.

Bento (2008, p. 183) caracteriza a transexualidade como

Dimensão identitária localizada no gênero, e se caracteriza pelos conflitos potenciais como as normas de gênero à medida que as pessoas que a vivem reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferente ao informado pelo sexo, independentemente da realização da cirurgia de transgenitalização.

Travestis, de acordo com Jesus (2012, p. 9) são

pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero. É importante ressaltar que travestis, independentemente de como se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino, considerando insultoso serem

adjetivadas no masculino: AS travestis, sim. OS travestis, não. A nossa sociedade tem estigmatizado fortemente as travestis, que sofrem com a dificuldade de serem empregadas, mesmo que tenham qualificação, e acabam, em sua maioria, sendo forçadas a trabalharem como profissionais do sexo. Entretanto, nem toda travesti é profissional do sexo.

Segundo pesquisa realizada e divulgada em 2015 pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), 43% das pessoas pesquisadas se sentiam inseguros no ambiente escolar por causa de sua identidade/expressão de gênero. Ainda na mesma pesquisa, 55% dos estudantes afirmaram ter ouvido comentários negativos especificamente a respeito de travestis e transexuais.

Conforme relatório publicado em 2016 pela Organização Não Governamental “*Transgender Europe*”, o Brasil é o país em que mais se comete assassinatos de travestis, de mulheres e homens transexuais. Levando em consideração as diversas possibilidades de violência que a população transexual e travesti está submetida, estar em ambientes, como tem se mostrado os ambientes escolares, a sensação de insegurança não decorre apenas de ofensas verbais, ou violência psicológica, mas se constitui enquanto um medo potencial de ser assassinada (o).

De acordo com dados do ano de 2017 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 57% da população travesti e transexual não conseguiu concluir o Ensino Fundamental e apenas 0,02% conseguiram ingressar em cursos superiores de graduação. Nesses casos, efeitos de políticas públicas recentes que buscam incluir a população transexual e travesti nas Instituições de Ensino Superior.

O contexto escolar que deveria ser de ensino e aprendizagem assume, segundo os mesmos dados estatísticos, um lugar de exercício da violência, um lugar que não se pode frequentar, ocasionando a evasão escolar. Ainda que existam políticas públicas com o objetivo de incluir a população transexual e travesti não é comum haver subsídio institucional que efetive a inclusão e que possibilite condições de permanência do sujeito na Educação Básica e Ensino Superior. Mesmo que estes indivíduos adentrem as instituições de ensino, o não acolhimento, a não existência de uma política específica de inclusão, a violência psicológica, institucional e, por vezes, física, ainda se constituem enquanto fatores importantes para que haja a evasão escolar e das Instituições de Ensino Superior.

A ausência de transexuais e travestis no contexto do Ensino Superior é multifatorial e requer análise para mudança desse cenário social e educacional. A dificuldade de acesso, a exclusão social, o ambiente hostil e violento são processos constitutivos dessa situação de barbárie, que culminam no não cumprimento da do Artigo 205 da Constituição Federal (1988,

p. 123): “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Autorizada pela ignorância, pelo preconceito e pela discriminação, a mesma sociedade que dita “regras sociais” impede, pautada por hierarquias de poder e subordinação, que pessoas subvertoras das normas de gênero tenham acesso aos seus direitos garantidos por lei, como a educação. Considera-se aqui o preconceito como opinião ou conjunto de opiniões que não possuem fundamentação crítica, mas que se originam da tradição, do costume ou de uma autoridade cujas opiniões são aceitas sem discussão, podendo ainda se mascarar enquanto falsa verdade (BOBBIO, 2004). A discriminação, baseada em preconceitos, por sua vez, consiste em ações de pessoas na direção de outras, com o intuito de prejudicá-las, oprimi-las e subalternizá-las. Assim, preconceito e discriminação mostram-se realidades na vida de travestis e transexuais quando relacionadas ao contexto educacional: ou não adentram ao circuito da educação básica e superior ou se inserem de forma precária e sofrendo as sanções de serem corpos não heterossexuais (muitas vezes) e não cisgêneros.

Por considerarmos relevante o campo de estudos e pesquisas que buscam relacionar a população travesti e transexual com o Ensino Superior, essa investigação assume o objetivo de apreender e analisar, teoricamente, as principais dimensões que constituem o fenômeno de travestis e transexuais no Ensino Superior, buscando especificamente apreender a existência (ou não) de legislação específica para inclusão de travestis e transexuais no Ensino Superior, analisar teoricamente os fatores sociais e culturais que historicamente impediram a inclusão de travestis e transexuais nos espaços de escolarização e analisar as dinâmicas de preconceito e discriminação vividas por travestis e transexuais no Ensino Superior.

## **2 METODOLOGIA**

Esta pesquisa é delineada, metodologicamente, como uma revisão integrativa de literatura científica. Esta, busca integrar estudos anteriores sobre uma determinada temática, incluindo trabalhos com diferentes teorias e metodologias, mapeando-as, avaliando-as e sintetizando-as. De acordo com Mattos (2015, p. 2),

A “revisão integrativa” surgiu como alternativa para revisar rigorosamente e combinar estudos com diversas metodologias, por exemplo, delineamento experimental e não experimental, e integrar os resultados. Tem o potencial de

promover os estudos de revisão em diversas áreas do conhecimento, mantendo o rigor metodológico das revisões sistemáticas. O método de revisão integrativa permite a combinação de dados da literatura empírica e teórica que podem ser direcionados à definição de conceitos, identificação de lacunas nas áreas de estudos, revisão de teorias e análise metodológica dos estudos sobre um determinado tópico. A combinação de pesquisas com diferentes métodos combinados na revisão integrativa amplia as possibilidades de análise da literatura.

Para a construção de uma investigação de revisão integrativa, pontua Mattos (2015, p. 7-9), ser necessário o cumprimento de seis etapas, a saber:

1 - identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; 2 - estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/ amostragem ou busca na literatura; 3 - definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/ categorização dos estudos; 4 - avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5 - interpretação dos resultados; 6 - apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

Para essa pesquisa foram utilizados artigos oriundos dos seguintes bancos de informações científicas: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), SciELO e Google Scholar, utilizando as combinações de descritores: Travestis X Ensino Superior; Transexuais X Ensino Superior; Transgêneros X Ensino Superior. Foram utilizados como critérios de inclusão de artigos: terem sido publicados entre 2015 a 2019; possuírem títulos e resumos alinhados com a temática e objetivo desta pesquisa; terem sido publicados em língua portuguesa e estarem disponíveis on-line. Foram excluídos todos os outros artigos não possuíam afinidade com o tema, que estavam fora do intervalo de tempo proposto, que não estavam publicados em português. Na aplicação dos critérios de inclusão, o *corpus* final da revisão integrativa foi constituído por 06 artigos.

### **3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS**

Nesta pesquisa de revisão integrativa procedeu-se a “coleta”, sistematização e análise do *corpus* de 06 artigos que atenderam aos critérios de inclusão/exclusão descritos na seção de metodologia. Os artigos apresentaram objetivos tais como: analisar a experiência das pessoas *trans* (travestis e transexuais) no Ensino Superior e as estratégias utilizadas para permanecerem na instituição; refletir sobre os processos formativos dos estudantes transexuais na Universidade Federal de Sergipe com como a discussão das categorias gênero e

sexualidade no Ensino Superior; analisar os modos de circulação ou trânsito, afetos vividos, e experiências vividas por uma travesti acadêmica de uma universidade pública brasileira; analisar o banheiro de uma instituição universitária (pública) como espaço político e de análise da categoria gênero; a dificuldade do acolhimento e aceitação da população travesti e transexual no Ensino Superior; analisar o impacto da violência institucional na experiência acadêmica das mulheres transexuais.

A partir dos relatos de experiências trazidos nos artigos “*Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans no ensino superior*” (OLIVEIRA; SILVA, 2017); “*Formative narrative of transexual students from Federal University of Sergipe*” (DIAS *et al.*, 2018); e, “*Fronteiras e fluxos no âmbito acadêmico: Interpelações de corpos transgressores da heteronormatividade*” (DIMENSTEIN *et al.*, 2018), outra dificuldade enfrentada por travestis e transexuais para adentrar os espaços de Ensino Superior está também em conseguir realizar vestibular e/ou ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) gozando de seus plenos direitos, tais como o uso do nome social, uma barreira que travestis e transexuais buscam ultrapassar para serem reconhecidas e nomeadas da forma que sentem-se mais confortáveis, ou seja, em consonância com sua expressão de gênero, conforme decretado por lei:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - nome social - designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida; e

II - identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento, (BRASIL, 2016).

Além disso, é necessário compreender as Instituições de Ensino Superior não apenas em relação ao seu espaço físico, mas também as relações institucionais que são estabelecidas, como a relação do sujeito com os demais acadêmicos onde o convívio se mostra um momento de constrangimento, exclusão e medo, esse fato fica explícito no artigo “*Fronteiras e fluxos no âmbito acadêmico: Interpelações de corpos transgressores da heteronormatividade*” (DIMENSTEIN *et al.*, 2018, p. 193), onde relata: “Hoje necessariamente tive que vir pela manhã, tarde e noite, e sempre é ruim vir fora do meu horário, as pessoas que nunca me viram ficam me fitando, se cutucando, ou olhando com expressões de interrogação e fazem questão de deixar isso nítido”.

Como constituídas e constituintes de nossa sociedade moderna e ocidental, tanto a escola quanto Instituições de Ensino Superior são reprodutoras de violências de gênero. Assim, os espaços educacionais também se fundam em uma lógica binária, preparados para receber homens e mulheres heterossexuais e cisgêneros correspondentes a lógica construída e reiterada social e culturalmente.

No artigo “*Fronteiras e fluxos no âmbito acadêmico: Interpelações de corpos transgressores da heteronormatividade*” (DIMENSTEIN *et al.*, 2018), os relatos deixam claro a realidade dos corpos travestis e transexuais inteligíveis como estranhos, abjetos, construídos a partir de uma série de valores e normas socioculturais. O espaço que deveria se destinar ao exercício do pensamento, ensino, aprendizagem e espaço de pluralidades respeitando as singularidades mostra-se um espaço de violência e hostilidade, de constrangimento, segregação e exclusão de travestis e transexuais.

Outro obstáculo encontrado por esse grupo populacional nas Instituições de Ensino Superior é o banheiro, espaço social dividido e orientado para o homem e para a mulher cisgêneros. Corpos travestis e transexuais que subvertem a norma da cultura são segregados e quase sempre impedidos de acesso a esses espaços que, em tese, são públicos.

Aprendemos nos discursos das entrevistadas por Dias, Zoboli e Santos (2018) a noção equivocada que possuíam em relação ao espaço universitário como um *locus* de não preconceito ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, mostram a importância das relações sociais de amizade estabelecidas no contexto universitário para uso do banheiro. Relatam que para efetivar esse direito de acesso, contavam com a presença de amigos para vigiarem aquele espaço enquanto travestis e transexuais usavam o banheiro. Denota-se a característica do uso do banheiro como algo ilegítimo, que precisa ser usado rapidamente, como se estivessem fazendo algo proibido.

Podemos sintetizar ou integrar teoricamente, a partir da análise dos artigos utilizados neste estudo, que parece ser urgente a necessidade de melhorar a inclusão de travestis e transexuais na Educação Básica, pensando e efetivando uma educação que forneça os subsídios necessários para que a formação acadêmico/profissional se torne possível. Além disso, nos apresenta a realidade de pouca presença desse grupo populacional na educação superior, além do quadro de violência vivida, inclusive a partir do uso do banheiro, um espaço social que deve ser democratizado, visando uma política de cuidados com esse grupo populacional por tanto tempo tão ausente das Instituições de Ensino Superior.

#### **4 CONCLUSÕES**

Concluímos, a partir da revisão integrativa, que os referenciais teóricos mais apropriados para a fundamentação dos artigos são dos estudos de gênero e sexualidade e pós críticos. Concluímos também que do ponto de vista metodológico o principal instrumento utilizado tem sido direcionado às narrativas de travestis e transexuais. Inferimos que isso se justifica como uma possibilidade de atribuir foco e dar sonoridade a voz a esses sujeitos que foram (e continuam sendo) silenciados, desconsiderados e apagados de nosso cotidiano, inclusive do Ensino Superior.

Analisamos teoricamente, que processo de ingresso de travestis e transexuais encontra obstáculos construídos na Educação Básica, que o Ensino Superior proporciona uma experiência universitária permeada ou mediada pela violência, desde seu ingresso, permanência e, inclusive, pelo (in) acesso ao uso do banheiro. Uma realidade que entendemos ser improrrogável de transformação.

Argumentamos sobre a necessidade de que mais estudos e pesquisas sejam realizadas entendendo que esse grupo populacional encontra pouco acesso ao contexto universitário e na produção científica, haja vista o número reduzido de publicações de obras relacionadas à temática em questão e assume como objeto de investigação transexuais e travestis no Ensino Superior. Mais que isso, e principalmente, argumentamos a favor de que em um futuro próximo sejam elas a ocupar o lugar de pesquisadores e pesquisadoras dos espaços educacionais.

## REFERÊNCIAS

ABGLT. **Relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016: As Experiências de Adolescentes e Jovens LGBT em nossos Ambientes Educacionais. Disponível em: <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2019.

ANDRADE, V. N. G. **Transfobia no percurso denunciativo brasileiro: um estudo a partir do Disque Direitos Humanos da Presidência da República**. 304 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

ANDRADE, V. N. G. A.; PEREZ, F. S. B. **Análises sobre o preconceito e discriminação contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT): o Ensino Superior em foco**. Projeto de Pesquisa Faculdade Alfredo Nasser (não publicado), 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - ANTRA. **Mapa de Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOBBIO, N. **A Era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Presidência da República, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DIAS, A. F.; ZOBOLI, F.; SANTOS, A. L. Banheiro como espaço político de gênero. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 2, p. 165-181, 2018.

DIMENSTEIN, M. *et al.* Fronteiras e fluxos no âmbito acadêmico: Interpelações de corpos transgressores da heteronormatividade. **Interação em Psicologia**, v. 22, n. 3, 2018.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos>. Acesso em: 06 ago. 2019.

MATTOS, P. C. **Tipos de Revisão de Literatura**. Biblioteca Prof. Paulo Carvalho de Mattos, 2015.

OLIVEIRA, A.; SILVA, K. Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans no ensino superior. **Revista Educação e Emancipação**. São Luís, v. 10, n. 4, ed. especial, set./dez. 2017.